

EM TEMPO DE RESISTÊNCIA:

movimentos sociais entre as lutas e os signos hegemônicos

Bartolomeu Rodrigues Mendonça*

RESUMO

Os movimentos sociais têm vivido dilemas ao atuarem em defesa dos direitos das minorias utilizando os padrões simbólicos hegemônicos da sociedade. Este trabalho trata dos dilemas dos movimentos sociais que atuaram em favor da permanência dos moradores nas comunidades que seriam deslocadas compulsoriamente para a instalação de um pólo siderúrgico na Ilha de São Luís e que se utilizando de símbolos do poder hegemônico mostraram contradições ao apoiarem o modo de vida tradicional dos moradores dos povoados atingidos.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais, contradição simbólico-material, pólo siderúrgico.

ABSTRACT

The social movements have living dilemmas acting in defense for the rights from the minorities by using the hegemonic standard of symbolic from society. This work treats the dilemma from the social movements which acted in favor for permanence of some communities that should be compulsive dislocated for the installation of one steel metallurgy pole on Island of São Luís and by using the hegemonic symbols of power showed contradictions when support the traditional way of life of the residents from the attained settlements.

Keywords: Social Movements, symbolic contradiction, material, metallurgy pole

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa realizada na comunidade de Cajueiro no período compreendido entre outubro de 2004 e maio de 2006, que resultou no trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Cajueiro é um dos onze povoados localizados no interior da Ilha de São Luís, em sua Zona Rural, que seria alvo de deslocamento compulsório para instalação, naquela área, de um pólo siderúrgico o que resultaria na retirada de aproximadamente 14.000 mil famílias dessas localidades (ZAGALO, 2004).

Neste trabalho farei uma breve discussão acerca da relação entre os moradores de Cajueiro e os movimentos sociais – neste caso representados pelo “Movimento Reage

*Sociólogo, Professor Universitário, Mestrando em Sustentabilidade de Ecossistemas.

São Luís” – que se associaram para reagir contra a instalação das siderúrgicas na Ilha de São Luís.

2.A ENTRADA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CENÁRIO DA DISPUTA

Há uma resistência, embora implicadas diversas contradições, por parte de alguns moradores em ceder a área que ocupam para a efetivação do projeto do pólo siderúrgico. Entretanto, além da ação dos moradores, a partir do ano de 2004 diversos setores da sociedade ludovicense constituídos por professores, estudantes universitários, intelectuais, profissionais liberais, técnicos e políticos locais, em conjunto com lideranças dos bairros que possivelmente seriam deslocados, iniciaram a organização de uma forte resistência à implementação do empreendimento guseiro na Ilha de São Luís.

O grupo intitulado “*Movimento Reage São Luís*”, segundo Zagallo, um de seus coordenadores, é constituído da seguinte forma:

40 entidades da sociedade civil, entre entidades sindicais, como a CUT, conselhos regionais, como o Conselho Regional de Medicina, entidades ligadas à Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, as associações dos moradores lá da região, do Taim, do Rio dos Cachorros, do Porto Grande, em fim é um movimento bastante heterogêneo e apatidário (Entrevista Zagallo, 14.08.2006).

O Movimento Reage São Luís, se propõe materializar e dá continuidade a uma luta que se iniciou ainda na década de 1980, quando da implantação da CVRD e ALUMAR no interior da Ilha de São Luís. Naquela ocasião, o professor Nascimento de Moraes liderou um movimento contrário à instalação das duas plantas industriais. O “Comitê de Defesa da Ilha”¹, que argumentou sobre os custos sociais e ambientais que tais empreendimentos trariam para São Luís, eram permanentemente contrários a sua efetivação.

Segundo Zagallo, o Movimento Reage São Luís na luta contra a implantação do pólo siderúrgico, tem se inspirado e se nutrido das experiências do passado, no que concerne à resistência à implantação de projetos de grande porte na Ilha, conforme rememora:

O professor Nascimento de Moraes, que esteve a frente do movimento contra a implantação da ALCOA aqui na Ilha, (...) Num tempo muito mais difícil em que o acesso à informação era muito mais restrito, numa época de governo militar, ou seja, em que não haviam as liberdades democráticas, nem o acesso ao poder judiciário, enfim... ele conseguiu estabelecer uma luta de resistência muito forte. Agora, o aprendizado dessa resistência, a hora de intervir é antes, é quando as decisões estão sendo tomadas, antes do empreendimento está sendo construído, porque se não, depois você vai estar discutindo apenas compensações, ou seja, que

¹Informações concedidas por Josemar Pinheiro, ex-integrante do “Comitê de Defesa da Ilha”.

compensação econômica vai ser dada para minimizar os impactos, não se discute se há uma alternativa que elimine o impacto, que transfira o local ou que diminua o tamanho do empreendimento, ou que mude a tecnologia que vai ser utilizada. (Idem).

A fala de Zagallo nos subsidia o entendimento de que a população de São Luís acumulou histórico de resistência frente à expansão do capital industrial, experiência que leva o Movimento Reage São Luís a justificar seu posicionamento contrário à implantação do Pólo na Ilha de São Luís e buscar ampliar os apoios, uma vez que sabe da potencialidade do adversário em questão:

Esta articulação do movimento local, com o movimento nacional de direito humanos, com o movimento nacional ambiental, com o próprio ministério público... o conjunto dessas alianças é que faz a força do Movimento Reage São Luís e tem conseguido, pelo menos por enquanto, estabelecer um diálogo bastante produtivo. Agora nós temos que ter a clareza, esse movimento não termina, é um movimento para muitos anos, a Vale, ela é uma empresa muito poderosa, é a quarta maior mineradora do mundo, é a maior empresa privada da América Latina, acaba de fazer uma proposta de aquisição de uma concorrente dela por US\$ 15 bilhões... essa operação transformará a Vale na segunda maior mineradora do mundo, ou seja, é um adversário de porte, é uma empresa que ainda não desistiu desses empreendimentos aqui na Ilha de São Luís, e a sociedade civil aqui do nosso Estado tem que estar preparada para fazer frente a este adversário. (Idem).

Pelas considerações feitas acima, podemos inferir que, ao contrário das limitações apresentadas pelos moradores acerca de compreender os signos que se escondem por detrás da proposta de implantação do pólo siderúrgico, o Movimento Reage São Luís detém, compreende e manipula, muito bem, esses códigos e signos utilizados pelo adversário, ou seja, o conhecimento de técnicas e domínios acadêmicos e científicos além de dados e o acesso a informações não aparecem como grandes empecilhos no embate entre movimentos sociais e os proponente da implementação do projeto guseiro, pelo menos no campo da discursividade, da linguagem.

A entrada do Movimento Reage São Luís no cenário político da disputa, otimiza a disputa e redimensiona o conflito, dando um relativo equilíbrio no enfrentamento entre os moradores dos bairros articulados com os movimento sociais por um lado, e a CVRD, articulada com o Estado por outro, embora, é evidente, que cada uma destas instâncias é marcada por fissuras e posições de alguns dos seus agentes que se põe contrários aos estatutos da instituição ou segmento social. Vejamos porque.

Antes, o discurso da parte dos moradores que contrapunha ao do projeto de instalação do pólo era sempre pautado na sua relação direta com a natureza, ou no máximo, trazendo à cena do conflito déficits como baixo nível de escolarização e a alto índice de desemprego na região; o discurso técnico dos membros do Reage São Luís traz para o debate argumentos, agora com base científica e acadêmica, argumentos que se contrapõe aos também científicos e acadêmicos dos que advogam a instalação do pólo. Vejamos isso,

mais nitidamente, em outro trecho da entrevista com Zagallo, quando este fala sobre os possíveis impactos da implantação da indústria siderúrgica na Ilha da São Luís:

A médio e longo prazo, nós teríamos, nós teríamos aí uma migração excessiva para a Ilha de São Luís muito superior à capacidade de absorção de mão-de-obra, que esse empreendimento teria, isso inclusive é reconhecido pelo Governo do Estado, que quando a gente fala em migração, nós estamos falando no aumento de precarização de moradias na cidade, com ocupações, invasões, favelização, áreas de mangues que serão ocupadas por essas populações, provável aumento de violência, uma pressão adicional sobre os serviços públicos de transporte, saúde, educação. (...) Isso no aspecto social. No aspecto ambiental, nós não estamos falando de implantação de indústria de alta tecnologia, com a emissão de poluentes zero, nós estamos falando, provavelmente na segunda pior indústria, segunda indústria mais poluente que o ser humano conseguiu inventar, que é a indústria siderúrgica integrada, ou seja, que utiliza carvão mineral como fonte de energia, responsável tanto pelo efeito estufa, porque gera, na queima minério de ferro, na transformação dele em ferro-gusa e depois em aço gera uma emissão muito grande de gás carbônico, mas também gera a emissão de outros gases, ainda que em menor quantidade, como óxidos de nitrogênio e os dióxidos de enxofre, que quando são emitidos para a atmosfera e encontram vapor d'água na atmosfera, o que aconteceria a transformação desses gases em ácido nítrico e ácido sulfúrico, respectivamente o que pode gerar um fenômeno conhecido como chuva ácida (Idem).

Com o discurso técnico e signos científicos, o Movimento Reage São Luís, demonstra desde os prováveis impactos sociais até o custo ambiental da instalação do pólo siderúrgico. E com esse mesmo aparato técnico-científico adicionado a uma estrutura mínima de mobilização, é que ao cabo de dois anos de atividades avalia de forma positiva sua atuação:

Nós temos uma avaliação super positiva da resistência da população a esse empreendimento, nós, desde quando o movimento começou, em outubro de 2004. (...) O trabalho que é feito de resistência, é sempre através das estruturas das associações de moradores, das igrejas, dos sindicatos. É um trabalho muito de conscientização. Nós realizamos cerca de 100 reuniões, entre oficinas, até audiências públicas que contou com a participação de 14.000 pessoas. Nas audiências públicas, mesmo que aconteceram na época para mudança da lei de uso do solo de São Luís, nós tivemos cerca de 3.000 pessoas participando, das 11 audiências públicas realizadas pela Câmara de Vereadores e 1.400 pessoa participando das 2 audiências promovidas pelo poder executivo. Acho que a gente conseguiu uma participação expressiva. Mais de metade, cerca de 70% das pessoas que acompanharam mesas essas audiências públicas se manifestaram contrariamente à implantação do pólo aqui na Ilha e São Luís (Idem).

Outro avanço na luta de resistência do Movimento Reage São Luís foi a efetivação da parceria com a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos e Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA), no Brasil. Em função dessa parceria, a missão de Relatorias Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, esteve em São Luís, nos dias 22 a 24 de agosto de 2005, com o propósito de apurar denúncias acerca do processo de levantamento da viabilidade de instalação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís (DhESCA, 2006).

A equipe Relatores Nacionais de Direitos Humanos constatou que já ocorreram violações aos direitos humanos dos moradores dos bairros que constituem a área alvo do projeto siderúrgico, em visita realizada no período da missão. Diz o relatório, DhESCA (2006: 19), que:

Inicialmente, a missão teria um caráter preventivo, mas as visitas *in loco* permitiram constatar que já estão ocorrendo graves violações dos direitos humanos dos moradores das onze comunidades que seriam diretamente afetadas pela implantação do pólo siderúrgico de São Luís.

Os Relatores Nacionais de Direito Humanos afirmam ter identificado, pelo menos, quatro violações aos direitos humanos (DhESCA, 2006: 26-27) nas etapas efetivadas até agora, para implantação do pólo siderúrgico na Ilha de São Luís, quais sejam:

i. Violação ao direito humano à moradia adequada pelo deslocamento forçado de pessoas que têm o direito à regularização fundiária no lugar onde vivem e moram (art. 6º e 186 da CF/88 e Lei 10.257/2001). ii. Violação do direito humano ao meio ambiente, pela falta de informações e conhecimento público sobre os riscos e impactos da poluição ambiental que será causada pela implantação do pólo siderúrgico, notadamente sobre o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida da população de São Luís... iii. Violação do direito humano à alimentação adequada, uma vez a remoção das comunidades afetará os quatro pilares da segurança alimentar... iv. Violação do patrimônio cultural mundial, na medida que São Luís é reconhecida como parte desse patrimônio.

Além de diagnosticar violações aos direitos humanos, os Relatores Nacionais listaram 16 recomendações dirigidas ao poder público (municipal, estadual, federal) constando de um relatório preliminar da missão da DhESCA Brasil, e São Luís. Inclusive a comissão, com representação realizaram reunião com a Casa Civil da Presidência da República, DhESCA (2006: 30):

Os problemas constatados na missão conjunta foram apresentados à Casa Civil da Presidência da República em reunião realizada no dia 06 de dezembro de 2005. (...) Os representantes do governo se comprometeram a consultar a Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República Dilma Rossef, por se tratar de um caso politicamente mais sensível, que por sua vez deveria orientar e consultar aos ministros envolvidos (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Fazenda; e Meio Ambiente) para unificar o posicionamento do Governo Federal antes de manifestar uma posição às relatorias e ao Movimento Reage São Luís.

Desta forma, o Movimento Reage São Luís, avança nas negociações, na tentativa de tornar o conflito que se verifica ante a implantação do projeto do pólo, um caso a ser debatido e melhor compreendido por aqueles que terão suas vidas direta, ou indiretamente, afetadas por tal projeto.

3 O MOVIMENTO E O DISCURSO HEGEMÔNICO

Na luta contrária ao empreendimento, o Movimento Reage São Luís, também expõe propostas alternativas em substituição ao modelo de desenvolvimento pautado na ampliação do parque industrial com fábricas de altos níveis de poluição. Segundo Zagallo, uma opção viável é a constituição de uma Resex na área, para garantir a conservação dos ecossistemas da região:

...existe no IBAMA um projeto de criação de uma Resex, conhecida como Resex do Taim, na verdade pegaria a área do Taim, do Rio dos Cachorros, Limoeiro, Rio Grande, Cajueiro. Esse modelo de Resex permite que as comunidades tradicionais continuem a fazer um uso sustentável da região, na coleta, na pesca, na coleta de marisco... (Zagallo, entrevista 14.08.2006).

Além de soluções voltadas mais especificamente para a área de abrangência do projeto do Pólo, o Movimento Reage São Luís, entende que:

Para uma solução maior, o estado deveria investir e ampliar a oferta de vagas no ensino médio, no ensino fundamental, no ensino profissionalizante, ou seja, a verdadeira demanda, nós só vamos ter geração de renda efetiva no Estado quando nós tivermos qualificação da mão-de-obra, das pessoas que vivem aqui no nosso estado... sem isso nós vamos ter uma agricultura de toco, com baixo nível de produtividade, vamos ter um exército de desempregados muito grande, de pessoas com pouca qualificação que não disputam sequer os empregos das indústrias que venham a se instalar aqui (Idem).

Pelos argumentos acima, feitos por Zagallo, o Movimento Reage São Luís ao questionar o modelo de desenvolvimento pautado em indústrias de base, termina, por outro lado, desqualificando o modo de produção alternativo que, no ideário coletivo sempre carece de intervenção técnica (leia-se elaborada na academia e legitimada nos processos de produção capitalista). Aí se ouve, como nesse caso, que a forma de cultivo da terra dos pequenos agricultores é a “agricultura de toco”, sempre carecendo de inovações. Talvez um problema sério seja o fato de que, não raro, junto às inovações tecnológicas, chegam as intervenções políticas articuladas com o grande capital que substituem a pequena propriedade e sua forma de cultivo (a técnica não é neutra, conforme nos querem fazer crer) da terra em favor do latifúndio monocultor, como é o caso da soja que se espalha em grande escala por todo Estado Maranhense (SOUZA FILHO, 1996).

Por outro lado, é inconcebível destituir uma parcela muito grande da população do acesso ao que se produz de inovações científicas e tecnológicas, geralmente financiadas com recursos públicos. Seria o caso então de juntar disponibilidade de equipamentos e técnicas com a valorização da pequena propriedade, do modo de vida desses moradores e

lhes garantir o controle dos processos e meios de produção, a fim de evitar a simples proletarização ou mesmo o desemprego (MELLO, 1985).

Entretanto, na prática, não é o que se verifica, segundo o relatório DhESCA (2006: 26), pelo menos no caso em análise, ao contrário o que ocorre é uma desvalorização e preconceito com relação aos modos de vida distintos do urbano-industrial-capitalista:

O desrespeito às famílias é intenso, seja em relação a sua privacidade, seja aos seus modos tradicionais de viver e produzir. As Relatorias observaram manifestações de preconceito em relação aos aspectos produtivos e culturais das comunidades e a desvalorização das espécies tradicionalmente cultivadas em regime de auto-suficiência e uso tradicional da terra.

Do que foi exposto, surgem algumas questões: As instituições pautadas pela racionalidade econômica capitalista (a escola, o Estado e em alguns casos os próprios movimentos sociais) estão preparadas para valorizar e dar voz e aos moradores desses bairros que norteiam suas vidas pautadas mais em bases tradicionais? As técnicas e avanços no desenvolvimento de novos materiais, mecanismos e equipamentos têm atendido às demandas dessa população? ou a própria atividade científica, tecnológica e organizacional é impregnada da racionalidade moderna, a qual corresponde aos interesses dos grupos que o representa?

4 A GUIA DE CONCLUSÃO

Os movimentos sociais, aqui analisados a partir do Movimento Reage São Luís, também, ao que tudo indica, ao desenvolverem suas estratégias de resistência têm se pautado por racionalidades que permanentemente pendulam, ainda que inconscientemente, entre as racionalidades das minorias e a hegemônica.

Essas inferências podem ajudar a entender que a medida, o parâmetro que norteia a disputa, em última instância, é o “arbitrário cultural dominante” (BOURDIEU, 1992: 22), que se impõe de modo dissimulado e legítimo, o seja, mostra-se como sendo a forma hegemônica de pensar e conceber a vida em sua materialidade, ainda que em permanentes disputas e contradições.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. Reynaldo Bairão. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

____. **O poder simbólico**. 5. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DhESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais. In: **Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais**. Maria Elena Rodriguez (org.), Rio de Janeiro, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociologia**: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora USP, 1973.

HALL, Anthony L. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? – Desenvolvimento e conflito social no programa grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

MELO, Alex Fiúza de. **A pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: editora UFPA, 1985.

MENDONÇA, Bartolomeu. **Cajueiro**: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço / Monografia (Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, 2006.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia**: drenagem energético-material e pauperização regional. Belém: Editora UFPA, 1998.

SOUZA FILHO, Benedito. “**A produção de soja no Sul do Maranhão e suas implicações para a pequena produção de alimentos**”. In Boletim do Museu Emilio Goeldi, vol. 12, série antropologia. Belém: Museu Goeldi, 1996.

ZAGALLO, Guilherme Carvalho (org.). **Considerações preliminares sobre a implantação de um pólo siderúrgico na ilha de São Luís**, São Luís, 2004. Mimeo.